



CONVERGÊNCIA Nº 493
JULHO/AGOSTO 2016

Os LGBT e os Desafios da Evangelização

Um novo contexto na sociedade e na Igreja

*Luís Corrêa Lima **

Quando o papa Francisco retornou do Brasil a Roma, em 2013, disse algo que teve muita repercussão: “Se uma pessoa é gay, procura o Senhor e tem boa vontade, quem sou eu para a julgar? [...] Não se devem marginalizar estas pessoas por isso^[1]”. Nesse mesmo ano, ele convocou o Sínodo dos Bispos para tratar da família e de seus desafios atuais. No questionário preparatório, enviados a todas as dioceses do mundo, perguntou-se que atenção pastoral se pode dar às pessoas que escolheram viver em uniões do mesmo sexo e, caso adotem crianças, o que fazer para lhes transmitir a fé^[2].

A Igreja Católica vive um tempo de renovação pastoral impulsionada pelo papa. Ele convoca a Igreja a ir às “periferias existenciais”, ao encontro dos pobres e dos que sofrem com as diversas formas de injustiças, conflitos e carências. É preciso abrir-se à novidade que Deus traz à nossa vida, que nos realiza e nos dá a verdadeira alegria e serenidade, porque Deus nos ama e quer apenas o nosso bem. Francisco critica uma Igreja ensimesmada, entrincheirada em estruturas caducas incapazes de acolhimento e fechada aos novos caminhos que Deus lhe apresenta. A ação do Espírito Santo ergue o olhar dos fiéis para o horizonte, impelindo-os a essas periferias^[3].

Os consagrados são especialmente convocados pelo papa a esta missão:

Espero ainda de vós o mesmo que peço a todos os membros da Igreja: sair de si mesmo para ir às periferias existenciais. [...] A humanidade inteira aguarda: pessoas que perderam toda a esperança, famílias em dificuldade, crianças abandonadas, jovens a

quem está vedado qualquer futuro, doentes e idosos abandonados, ricos saciados de bens mas com o vazio no coração, homens e mulheres à procura do sentido da vida, sedentos do divino...^[4]

A solicitude pastoral da Igreja também deve contemplar os LGBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais^[5]). Um dos sinais mais notáveis do mundo atual é a visibilização desta população. No passado, muitos deles viviam no anonimato ou à margem da sociedade. Vários gays e lésbicas se escondiam no casamento tradicional, constituído pela união heterossexual. Alguns formavam guetos em espaços de convivência bastante reservados, como forma de se protegerem. Mas hoje os LGBT fazem grandes paradas, estão presentes em filmes e telenovelas, buscam reconhecimento, exigem ser respeitados e reivindicam os mesmos direitos e deveres dos demais cidadãos. Esta população está em toda parte. Quem não faz parte dela tem parentes próximos ou distantes que fazem, velada ou manifestamente, bem como vizinhos ou colegas de trabalho.

Tal visibilização também manifesta os problemas que os afligem. Há uma forte aversão a homossexuais: a homofobia; e a travestis e transexuais: a transfobia. Esta aversão produz diversas formas de violência física, verbal e simbólica contra estas pessoas. Há pais de família que já disseram: “prefiro um filho morto a um filho gay”. Entre os palavrões mais ofensivos que existem, constam a referência à condição homossexual e à relação sexual entre pessoas do mesmo sexo. No Brasil e em muitos países são frequentes os homicídios, sobretudo de travestis. Há também suicídio de muitos adolescentes que se descobrem gays ou lésbicas, e mesmo de adultos. Eles chegam a esta atitude extrema por pressentirem a rejeição hostil da própria família e da sociedade. Tal hostilidade gera inúmeras formas de discriminação e, mesmo que não leve à morte, traz frequentemente tristeza profunda ou depressão.

O padre Júlio Lancellotti trabalha em São Paulo, SP, com a população de rua. Ele relata a situação dramática que encontra:

Na missão pastoral tenho conversado com vários LGBTs que estão pelas ruas da cidade, alguns doentes, feridos, abandonados. Muitos relatam histórias de violência, abuso, assédio, torturas e crueldades. Alguns contam como foram expulsos das igrejas e comunidades cristãs, rejeitados pelas famílias em nome da moral. Testemunhei lágrimas, feridas, sangue e fome. Impossível não reconhecer neles a presença do Senhor Crucificado^[6]!

Há também muitos LGBT na Igreja Católica. São pessoas que nasceram e foram criados neste ambiente, têm fé, e em certo momento descobriram esta condição. Vários deles participam ativamente de suas comunidades, mas não poucos se afastaram e se afastam por se depararem com incompreensão e hostilidade. É preciso que eles encontrem fiéis, pessoas consagradas e ministros religiosos sensíveis às suas feridas e dificuldades, e também aos seus talentos e potencialidades. Não há dúvida de que os LGBT se situam nas periferias existências apontadas pelo papa. Com a devida compreensão da sua realidade, eles podem ser ajudados na busca de Deus e de sentido para a vida, no cultivo da vida espiritual e da autoestima, na cura de feridas exteriores e interiores, no fomento da vida eclesial, do apostolado e da ação no mundo. Para melhor ajudá-los neste caminho, convém refletir sobre sua realidade com alguns subsídios teológico-pastorais.

A Sagrada Escritura e a evolução histórica

A Igreja ensina que a lei de toda a evangelização é pregar a Palavra de Deus de maneira adaptada à realidade dos povos, como diz o Concílio Vaticano II (1962-1965). Deve haver um intercâmbio permanente entre a Igreja e as diversas culturas. Para isto, ela necessita da ajuda dos que conhecem bem as várias instituições e disciplinas, sejam eles crentes ou não. Os fiéis precisam saber ouvir e interpretar as várias linguagens ou sinais do nosso tempo, para avaliá-los adequadamente à luz da Palavra de Deus, de modo que a verdade revelada seja melhor percebida, compreendida e apresentada de um modo conveniente^[7].

A correta evangelização, portanto, é uma estrada de duas mãos, de intercâmbio entre a Igreja e as culturas contemporâneas. A fé cristã necessita dialogar com os diversos saberes legítimos. Só se pode saber o que a Palavra de Deus significa hoje, e que implicações ela tem, com um suficiente conhecimento da realidade atual, que inclui a visibilização da população LGBT e o reconhecimento dos seus direitos humanos e de sua cidadania.

Não se pode negligenciar o que o livro sagrado dos cristãos diz sobre a homossexualidade, nem os desdobramentos históricos daí que se seguiram. Mas para se tratar corretamente deste assunto na Bíblia, é necessário ir além da leitura ao pé da letra. A Revelação divina testemunhada neste livro é expressa de diversos modos. Segundo o Concílio, o leitor deve buscar o sentido que os autores sagrados em determinadas circunstâncias, segundo as condições do seu tempo e da sua cultura, pretenderam exprimir servindo-se dos gêneros literários então usados. Devem-se levar em conta as maneiras próprias de sentir, dizer ou narrar em uso no tempo deles, como também os modos que se empregavam frequentemente nas relações entre os homens daquela época^[8].

No judaísmo antigo, acreditava-se que o homem e a mulher foram criados um para o outro, para se unirem e procriarem. Supõe-se uma heterossexualidade universal, expressa no imperativo “crescei e multiplicai-vos” (Gên 1,28). Isto foi escrito no tempo do exílio judaico na Babilônia. Para o povo expulso de sua terra e submetido a uma potência estrangeira, crescer era fundamental para a sobrevivência da nação e da religião. Não se nega o desígnio divino de que a humanidade se espalhe pela terra, mas a necessidade de sobrevivência do povo judeu naquele tempo era urgente.

O sêmen do homem supostamente continha o ser humano inteiro, e devia ser colocado no ventre da mulher assim como a semente é depositada na terra. Não se conhecia o óvulo. O próprio nome sêmen está ligado a semente. Ele jamais deveria ser desperdiçado, como mostra a história de Onã. Este praticou coito interrompido e ejaculou fora da vagina de sua esposa. Por isso, Onã foi fulminado por Deus por causa desta transgressão (Gên 38,1-10).

É neste contexto que a relação sexual entre dois homens era considerada uma abominação. Israel devia se distinguir das outras nações de várias maneiras, com o seu culto, sua lei e seus costumes, segundo o código de santidade do livro do Levítico. Aí se inclui a proibição do homoerotismo, considerado abominação (Lev 18,22). Proíbe-se também, e com rigor: trabalhar no sábado, comer carne de porco ou frutos do mar, aparar o cabelo e a barba, tocar em mulher menstruada durante sete dias, usar roupa tecida com duas espécies de fio, plantar espécies diferentes de semente em um mesmo campo e acasalar animais de espécies distintas. Quando o cristianismo, nascido em Israel, expandiu-se entre os povos não judeus, a santidade do Levítico não se tornou norma para estes povos, mas a proibição do homoerotismo sim.

A esta proibição se somou a história de Sodoma e Gomorra, cujo pecado clamou aos céus e resultou no castigo divino destruidor (Gên 19). Este pecado foi recusar a hospitalidade aos que visitavam o patriarca Ló, a ponto tentarem violentá-los sexualmente. Com frequência, a violência sexual era uma forma de humilhação imposta por exércitos vencedores aos vencidos. Inicialmente, o delito de Sodoma era visto como “orgulho, alimentação excessiva, tranquilidade ociosa e desamparo do pobre e do indigente”. Através do profeta, o Senhor diz: “Tornaram-se arrogantes e cometeram abominações em minha presença” (Ez 16,49-50). Vários séculos depois, tal pecado foi identificado com o homoerotismo, mas na origem ele nada tem a ver com o amor entre pessoas do mesmo sexo, ou mesmo com relações sexuais livremente consentidas entre pessoas adultas do mesmo sexo.

Há um relato semelhante ao pecado de Sodoma no livro dos Juízes (Jz 19 e 20). Um levita e sua concubina se hospedaram na cidade de Gabaá, da tribo de Benjamin. Os habitantes da cidade hostilizaram os visitantes e estupraram a concubina do levita até a morte. O Senhor suscitou os israelitas contra aquela cidade, e ela foi completamente destruída. A partir deste relato, não se deve condenar a heterossexualidade. O que se condena, tanto em Sodoma quanto em Gabaá, é a falta de hospitalidade e a hostilidade violenta com a pessoa que vem de fora.

No Novo Testamento, a Carta aos Romanos afirma que quem ama o próximo cumpriu a lei, pois os mandamentos se resumem em amar ao próximo como a si mesmo (Rm 13,8-10). Este é o espírito dos mandamentos e o critério de sua interpretação. Mas ao refutar o politeísmo, o apóstolo Paulo o associa ao homoerotismo (Rm 1,18-32). Os pagãos não adoravam o Deus único, mas as criaturas. E ainda permitiam esta prática sexual vista como abominação pelos judeus. Este comportamento é considerado castigo divino por causa de uma prática religiosa errada: “Por tudo isso, Deus os entregou a paixões vergonhosas”. Outros escritos paulinos têm a mesma posição, em que prováveis referências ao homoerotismo estão ligadas à idolatria e à irreligião (1 Cor 6, 9-11; 1 Tim 1, 8-11). No contexto judaico-cristão da Antiguidade, este argumento era compreensível. Não havia o conceito de orientação sexual, uma estrutura profundamente enraizada na pessoa, com relativa estabilidade, levando-o à atração pelo sexo oposto ou pelo mesmo sexo. Esta orientação nada tem a ver com a crença em um ou em vários deuses, ou com qualquer prática religiosa. Mas, no contexto da Antiguidade, a Igreja herdou a visão antropológica judaica da heterossexualidade universal com suas interdições. Hoje, tudo isto deve ser levado em conta.

A religião cristã se expandiu e se tornou hegemônica em muitos países, chegando a ser a religião do Estado. O homoerotismo foi classificado como sodomia e criminalizado por muitos séculos. Para a Igreja, a sodomia era um crime horrendo: provocava tanto a ira de Deus a ponto de causar tempestades, terremotos, pestes e fomes que destruíam cidades inteiras. Era algo indigno de ser nomeado, um “pecado nefando” do qual nem se deve falar, e muito menos se cometer^[9]. Tribunais civis e mesmo eclesiásticos, como a Inquisição, julgavam os acusados deste delito. Os culpados eram entregues ao poder civil para serem punidos, até mesmo com a morte.

Com o advento do Iluminismo, e da razão autônoma independente da Revelação, a prática sexual exercida sem violência ou indecência pública não devia cair sob o domínio da lei. Teve início uma crescente descriminalização da sodomia. A modernidade, impulsionada pelo Iluminismo, trouxe a separação entre Igreja e Estado, a autonomia das ciências e os direitos humanos, que restringem o poder do soberano sobre o súdito e ampliam a

liberdade da pessoa em relação à coletividade. No século XIX, o termo sodomia foi substituído por homossexualidade. A questão é trazida do âmbito religioso e moral para o âmbito médico. O que até então era visto como abominação passa a ser considerado doença. Por muitas décadas, pessoas homossexuais eram internadas em sanatórios. Chegou-se até mesmo ao uso de choque elétrico no tratamento médico destas pessoas.

A partir dos anos 1970, houve uma progressiva despatologização da homossexualidade, impulsionada pelo crescimento do movimento gay. Nos anos 1990, a Organização Mundial de Saúde a retirou da lista de doenças. Organizações de médicos e de psicólogos declararam que a homossexualidade não é doença, nem distúrbio, nem perversão; e proibiram seus profissionais de colaborarem em serviços que propõem o seu tratamento e cura. Assim, algumas pessoas são gays ou lésbicas e o serão por toda a vida. Não se trata de opção, mas de condição ou orientação. Com relação a travestis e a transexuais, permitem-se hoje tratamentos de transexualização, inclusive na rede pública de saúde, e em muitos casos se obtém até mesmo a mudança de nome.

A evangelização e o ensinamento moral da Igreja

Alguns princípios da modernidade foram assimilados pela Igreja Católica no Concílio Vaticano II. Além do novo enfoque da evangelização e da leitura da Bíblia, o Concílio legitimou a separação entre Igreja e Estado, a autonomia da ciência, e reconheceu a liberdade de consciência, que é o direito de a pessoa agir segundo a norma reta da sua consciência, e o dever de não agir contra ela. Nela está o “sacrário da pessoa”, onde Deus está presente e se manifesta. Pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos aos outros homens no dever de buscar a verdade, e de nela resolver os problemas morais que surgem na vida individual e social^[10]. Nenhuma palavra externa substitui a reflexão e o juízo da própria consciência. O Catecismo da Igreja Católica aprofunda este ensinamento e cita o cardeal Newman: “a consciência é o primeiro de todos os vigários de Cristo” (nº1778). É ela quem primeiro representa Cristo para o fiel. A vida espiritual e a reflexão ajudam muito o fiel a ouvir a Sua voz e a discernir os Seus sinais.

Certa vez o papa Bento XVI afirmou que o cristianismo não é um conjunto de proibições, mas uma opção positiva. E acrescentou que é muito importante evidenciar isso novamente, porque essa consciência hoje quase desapareceu completamente^[11]. É muito bom que um Papa tenha reconhecido isto, pois há no cristianismo uma história multissecular de insistência na proibição, no pecado, na culpa, na ameaça de condenação e no medo. Pode-se falar de uma “pastoral do medo”, que com veemência culpabiliza as pessoas e as ameaça de condenação eterna para obter a sua conversão. Isto não se restringe ao passado. Ainda hoje, em diversas igrejas e ambientes cristãos, muitos interpretam a doutrina de maneira extremamente restritiva e condenatória, com obsessão pelo pecado, sobretudo a respeito de sexo. As proibições ligadas à mensagem cristã frequentemente repercutem mais do que o seu conteúdo positivo. Isto se observa tanto dentro da Igreja, entre os fiéis, quanto fora, entre os que a criticam. Há um foco excessivo na proibição. É fundamental buscar na mensagem cristã o seu componente positivo, para que ela seja boa nova, Evangelho^[12].

O papa Francisco segue esta linha com determinação. Ele diz que “o anúncio do amor salvífico de Deus precede a obrigação moral e religiosa. Hoje, por vezes, parece que prevalece a ordem inversa”. O anúncio deve concentrar-se no essencial, que é também o que mais apaixona e atrai, procurando curar todo tipo de ferida e fazer arder o coração, como o dos discípulos de Emaús que se encontraram com Cristo ressuscitado. A proposta

evangélica deve ser mais simples, profunda, irradiante. É desta proposta que vêm depois as consequências morais. Nesta perspectiva, o confessionário não é uma sala de tortura, mas um lugar de misericórdia, no qual o Senhor nos estimula a fazer o melhor que pudermos^[13].

Evangelizar, diz Francisco, é tornar o Reino Deus presente neste mundo. O Evangelho convida, antes de tudo, a responder a Deus que nos ama e nos salva, reconhecendo-O nos outros e saindo de nós mesmos para procurar o bem de todos. Os que se deixam salvar por Cristo são libertados do pecado, da tristeza, do vazio interior e do isolamento. A pregação moral cristã não é uma ética estoíca, do cumprimento impassível do dever, e nem um catálogo de pecados e erros. Ela é mais do que uma ascese ou conduta disciplinada, e mais do que uma filosofia prática. Há uma desproporção a ser evitada quando se fala mais da lei que da graça, mais da Igreja que de Jesus Cristo, mais do papa que da Palavra de Deus.^[14]

Francisco também defende as mães solteiras que querem batizar seus filhos, e enfrentam a “alfândega” criada por religiosos rigoristas. A Igreja deve ser a casa paterna onde há lugar para todos que enfrentam fadigas em suas vidas. Todos podem participar da vida eclesial e fazer parte da comunidade. As portas dos sacramentos não devem se fechar por qualquer razão, a começar pelo primeiro: o batismo. A Eucaristia, plenitude da vida sacramental, não é um prêmio para os perfeitos, mas um remédio generoso e um alimento para os que necessitam de forças. Isto tem consequências pastorais a serem consideradas com prudência e audácia. Muitas vezes agimos como controladores da graça e não como facilitadores. Mas a Igreja não é uma alfândega, é a casa paterna (EG 47).

O conhecimento da verdade é progressivo, observa o papa. A compreensão do homem muda com o tempo, e sua consciência se aprofunda. Recorde-se o tempo em que a escravidão era aceita e a pena de morte era admitida sem nenhum problema. Os exegetas e os teólogos, como também as outras ciências e a sua evolução, ajudam a Igreja a amadurecer o próprio juízo. Como consequência, há normas e preceitos eclesiais secundários que em outros tempos foram eficazes, mas que hoje perderam valor ou significado. Uma visão da doutrina da Igreja como um bloco monolítico a ser defendido sem matizes é errada^[15]. Portanto, o fiel cristão deve procurar ser adulto na fé, atento às contribuições das ciências que ajudam a Igreja a amadurecer seu juízo. Ele não deve se encapsular em posturas intransigentes avessas à reflexão crítica e ao diálogo.

O Concílio Vaticano II afirma que há uma ordem ou hierarquia de verdades no ensinamento da Igreja, segundo o seu nexos com o fundamento da fé cristã. Alguns conteúdos são mais importantes porque estão estreitamente ligados a este fundamento. Outros, por sua vez, são menos importantes porque estão menos ligados a ele^[16]. Esta ordem é válida, diz Francisco, tanto para os dogmas de fé como para os demais ensinamentos da Igreja, incluindo a sua mensagem moral. Nesta, há uma hierarquia nas virtudes e ações. A misericórdia é a maior das virtudes. As obras de amor ao próximo são a manifestação externa mais perfeita da graça interior do Espírito. Os preceitos dados por Cristo e pelos Apóstolos ao povo de Deus são pouquíssimos. E os preceitos adicionados posteriormente pela Igreja devem ser exigidos com moderação, para não tornar pesada a vida aos fiéis e nem transformar a religião numa escravidão^[17].

Nesta moral matizada que o papa expõe tem grande importância o bem possível. Sem diminuir o valor do ideal evangélico, é preciso acompanhar, com misericórdia e paciência, as possíveis etapas de crescimento das pessoas, que vão se construindo dia a dia. Um

pequeno passo no meio de grandes limitações humanas pode ser mais agradável a Deus do que uma vida externamente correta, de quem não enfrenta maiores dificuldades. A consolação e a força do amor salvador de Deus devem chegar a todos. Deus opera misteriosamente em cada pessoa, para além dos seus defeitos e das suas quedas. Um coração missionário não renuncia ao bem possível, ainda que corra o risco de sujar-se com a lama da estrada (EG 44-45).

Um exemplo da relação entre o ideal evangélico e o bem possível é a família formada pela união exclusiva e indissolúvel entre um homem e uma mulher. Todos os papas defendem esta instituição. Mas certa vez Francisco fez um interessante e inesperado elogio à mulher paraguaia, que ele considera “a mais gloriosa da América Latina”. Isto porque após a Guerra do Paraguai – contra o Brasil, a Argentina e o Uruguai entre 1864 e 1870 – sobraram no Paraguai oito mulheres para cada homem. E as mulheres paraguayas fizeram uma escolha difícil e arriscada: ter filhos para salvar a pátria, a cultura, a fé e a língua^[18]. O papa elogia uma prática extramatrimonial de procriação, feita em escala nacional em circunstâncias extremas. Estas mulheres são mais gloriosas do que todas as outras, incluindo as que vivem no modelo tradicional de família. Com isto, Francisco não contraria a moral católica e nem diminui o apreço pelo matrimônio, mas mostra corajosamente o amplo alcance da busca do bem possível no campo da moral.

Uma das principais referências do ensinamento moral da Igreja é o conceito de lei natural. Segundo a Escritura, o mundo é criação divina, feito segundo a razão do Criador (o *Lógos* ou Verbo), de modo a manifestar a Sua sabedoria (Jo 1,1-3). Há na criação uma racionalidade que pode ser conhecida pelo ser humano e orientar a sua ação. Todo homem com consciência e responsabilidade experimenta um chamado interior para fazer o bem e evitar o mal. É uma lei inscrita no seu coração que orienta os juízos éticos (Rm 2,12-16). Entre os dons preciosos recebidos do Criador, como o próprio corpo, a razão, a liberdade e a consciência, encontram-se também tudo o que a tradição filosófica chama de lei natural. Sobre o chamado interior para fazer o bem e evitar o mal fundam-se os outros preceitos desta lei. A escuta da palavra de Deus leva em primeiro lugar a prezar a exigência de viver segundo a lei inscrita no coração. E Jesus Cristo, o Verbo encarnado, dá aos homens a nova lei, do evangelho, que assume e realiza de modo sublime a lei natural. A nova lei confere aos homens a participação na vida divina, por meio da graça, e a capacidade de superar o egoísmo^[19].

A Igreja reconhece, porém, que a expressão lei natural é fonte de numerosos mal-entendidos hoje. Por vezes, ela evoca simplesmente uma submissão resignada às leis físicas e biológicas da natureza, quando o ser humano busca, e com razão, dominar e orientar estes determinismos para o seu bem. Por vezes, ela é apresentada como um dado objetivo que se impõe de fora da consciência pessoal, independentemente do que elabora a própria razão e a subjetividade. Ela é suspeita de introduzir uma forma de heteronomia insuportável à dignidade da pessoa humana livre. Outras vezes também, ao longo de sua história, a teologia cristã justificou muito facilmente com a lei natural posições antropológicas que, em seguida, mostraram-se condicionadas pelo contexto histórico e cultural. Hoje, convém propor a doutrina da lei natural em termos que manifestem melhor a dimensão pessoal e existencial da vida moral^[20].

Na moral sexual, uma das principais referências é o mandamento do Decálogo “não pecar contra a castidade”. Originalmente o mandamento é “não cometerás adultério” (Êx 20,14), mas a catequese cristã nele incorporou outros ensinamentos bíblicos e tradicionais relativos à sexualidade. A castidade, hoje, é definida primeiramente como a integração da

sexualidade na pessoa, na sua unidade de corpo e alma^[21]. Esta integração é um caminho gradual, um crescimento pessoal em etapas, que passa por fases marcadas pela imperfeição e até pelo pecado^[22].

A gradualidade na aplicação da lei moral é quase desconhecida em muitos ambientes católicos, e por isso deveria ser amplamente ensinada. Muitas vezes há um triunfo do tudo ou nada, fruto de um radicalismo estéril, e não a busca do bem possível. E só pode haver uma integração bem-sucedida se a pessoa viver em paz com a sua própria sexualidade, amando o seu semelhante e a si mesma. Os caminhos e as condutas neste campo não podem prescindir jamais desta integração.

A homossexualidade

Uma carta pastoral da Cúria Romana afirma que nenhum ser humano é um mero homo ou heterossexual. Ele é acima de tudo criatura de Deus e destinatário de Sua graça, que o torna filho Seu e herdeiro da vida eterna^[23]. Por isso, seja qual for a orientação sexual da pessoa ou a percepção de si em relação à própria sexualidade, ela é criatura divina, destinada a participar da vida em Cristo e da Sua salvação.

A mesma carta diz que a moral católica se baseia na razão humana iluminada pela fé, e encontra apoio também nos resultados seguros das ciências humanas. Toda violência física ou verbal contra pessoas homossexuais é deplorável, merecendo a condenação dos pastores da Igreja onde quer que se verifique. Os atos homossexuais, por sua vez, são considerados intrinsecamente desordenados e, como tais, não podem ser aprovados em nenhum caso. Sobre a culpabilidade da pessoa, porém, deve haver prudência no julgamento. São reconhecidos certos casos em que a tendência homossexual não é fruto de opção deliberada da pessoa, e que esta pessoa não tem alternativa e é compelida a se comportar de modo homossexual. Por conseguinte, em tal situação ela age sem culpa. Alerta-se para o risco de generalizações, mas podem existir circunstâncias que reduzem ou até mesmo eliminam a culpa da pessoa^[24]. Nesta situação, portanto, não se pode dizer jamais que a pessoa está em pecado mortal e que deve se afastar dos sacramentos.

Esta questão é bem delicada, pois não é simples propor aos LGBT viverem a castidade no celibato. Como a castidade é a integração da sexualidade na pessoa, na sua unidade de corpo e alma, não se deve anular a pessoa afetiva e humanamente. Na formação para o sacerdócio, por exemplo, ensina-se que o caminho formativo deve ser interrompido no caso de um candidato ter excessiva dificuldade com o celibato, “vivido como uma obrigação tão penosa a ponto de comprometer o equilíbrio afetivo e relacional”^[25]. Esta norma é sábia. É algo que convém também aos religiosos de congregações e aos fiéis leigos, incluindo os LGBT. Não se deve viver o celibato a qualquer preço.

As conferências episcopais também trazem contribuições importantes à pastoral, que são fruto de reflexões e práticas contextualizadas em diferentes realidades com suas necessidades e urgências. O papa Francisco menciona um documento dos bispos franceses sobre o reconhecimento civil da união homossexual^[26]. Eles se opuseram à lei que equipara totalmente esta união à união heterossexual. Mas não só. Os bispos repudiam a homofobia, e felicitam a evolução do direito que hoje condena toda discriminação e incitação ao ódio em razão da orientação sexual. Reconhecem que muitas vezes não é fácil para a pessoa homossexual assumir a sua condição, pois os preconceitos são duradouros e as mentalidades só mudam lentamente, inclusive nas comunidades e nas famílias católicas. Estas famílias são chamadas a acolher toda a pessoa como filha de

Deus, qualquer que seja a sua situação. E numa união durável entre pessoas do mesmo sexo, para além do aspecto meramente sexual, a Igreja estima o valor da solidariedade, da ligação sincera, da atenção e do cuidado com o outro^[27].

Estes passos são muito importantes. Se não há um ambiente livre de hostilidade que possibilite às pessoas homossexuais assumirem a sua condição, se não há qualquer reconhecimento social ou estima pelas uniões entre pessoas do mesmo sexo, a homofobia presente na sociedade as leva a contraírem uniões heterossexuais para fugirem do preconceito. Isto acontece há séculos e traz muito sofrimento às pessoas envolvidas. É necessário pôr fim a esta situação opressiva. O sacramento do matrimônio nestas circunstâncias é inválido^[28]. É preciso que os fiéis saibam disto. A união heterossexual não é solução para a pessoa homossexual.

Os bispos brasileiros têm um documento sobre a renovação pastoral das paróquias, em que se contemplam as novas situações familiares com realismo e abertura, incluindo as uniões do mesmo sexo. Os bispos reconhecem que nas paróquias participam pessoas unidas sem o vínculo sacramental e outras em segunda união. Há também as que vivem sozinhas sustentando os filhos, avós que criam netos e tios que sustentam sobrinhos. Há crianças adotadas por pessoas solteiras ou do mesmo sexo, que vivem em união estável. Os bispos exortam a Igreja, família de Cristo, a acolher com amor todos os seus filhos. Conservando o ensinamento cristão sobre a família, é necessário usar de misericórdia. Consta-se que muitos se afastaram e continuam se afastando das comunidades porque se sentiram rejeitados, porque a primeira orientação que receberam consistia em proibições e não em viver a fé em meio à dificuldade. Na renovação paroquial, deve haver conversão pastoral para não se esvaziar a Boa Nova anunciada pela Igreja e, ao mesmo tempo, não deixar de se atender às novas situações da vida familiar. “Acolher, orientar e incluir” nas comunidades os que vivem em outras configurações familiares, são desafios inadiáveis^[29].

Nos Estados Unidos, os bispos publicaram documentos importantes sobre a pastoral com homossexuais. Os que trabalham neste campo são convidados a ouvir as experiências, as necessidades e as esperanças das pessoas homossexuais. Assim se manifesta o respeito à dignidade inata e à consciência do outro. Gays e lésbicas podem revelar a sua condição a familiares e amigos, e crescerem na vida cristã. Os bispos não aprovam a adoção de crianças por casais do mesmo sexo. No entanto, aceitam o batismo de crianças sob a responsabilidade destes casais se houver o propósito de que elas sejam educadas na fé da Igreja Católica^[30]. Desta forma, a orientação sexual e o ponto de vista dos fiéis cristãos gays e lésbicas não são desconsiderados ou demonizados, e suas configurações familiares com os respectivos filhos não são excluídas da comunidade eclesial.

Há também uma bela carta pastoral dos bispos norte-americanos aos pais dos homossexuais, de 1997, com um título oportuno e profético: Sempre Nossos Filhos. Os bispos afirmam que Deus não ama menos uma pessoa por ela ser gay ou lésbica. A AIDS pode não ser castigo divino. Deus é muito mais poderoso, mais compassivo e, se for preciso, com mais capacidade de perdoar do que qualquer pessoa neste mundo. Os pais são exortados a amarem a si mesmos e a não se culparem pela orientação sexual de seus filhos, nem por suas escolhas. Os pais não são obrigados a encaminhar seus filhos a terapias de reversão para torná-los heterossexuais. Os pais são encorajados, sim, a lhes demonstrar amor incondicional. E dependendo da situação dos filhos, o apoio da família é ainda mais necessário^[31]. Há muitas famílias que têm filhos homossexuais e sofrem

imensamente com isto. Os pais frequentemente culpam a si mesmos e não sabem o que fazer. Esta mensagem é muito necessária também em nossa realidade eclesial e familiar.

Gestos significativos

No início de 2015, o papa fez um gesto surpreendente recebendo em sua casa a visita do transexual espanhol Diego Neria e de sua companheira. A história de Diego é emblemática da condição transexual, do preconceito atroz e do seu enfrentamento. Ele nasceu com corpo de mulher, mas desde criança sentia-se homem. No Natal, escrevia aos reis magos pedindo como presente tornar-se menino. Ao crescer, resignou-se à sua condição. “Minha prisão era meu próprio corpo, porque não correspondia absolutamente ao que minha alma sentia”, confessa. Diego escondia esta realidade o quanto podia. Sua mãe pediu-lhe que não mudasse o seu corpo enquanto ela vivesse. E ele acatou este desejo até a morte dela. Quando ela morreu, Diego tinha 39 anos. Um ano depois, ele começou o tratamento transexualizador. Na igreja que frequentava, despertou a indignação das pessoas: “como se atreve a entrar aqui na sua condição? Você não é digno”. Certa vez, chegou a ouvir de um padre: “você é filha do diabo”! Mas felizmente ele teve o apoio do bispo de sua diocese, que lhe deu ânimo e consolo. Isto encorajou Diego a escrever ao papa Francisco e a pedir um encontro com ele. O papa o recebeu e o abraçou no Vaticano, na presença da sua companheira. Hoje, Diego Neria é um homem em paz^[32].

Ocorreram outros encontros do papa com LGBT, como a visita a um presídio na Itália em que ele teve uma refeição à mesa na companhia de presos transexuais. Nos Estados Unidos, Francisco se encontrou na nunciatura apostólica com seu antigo aluno e amigo gay Yayo Grassi, e com o companheiro dele. Grassi já tinha apresentado o seu companheiro ao papa dois anos antes. Este relacionamento homoafetivo nunca foi problema na amizade entre Grassi e o papa^[33]. Gestos como estes valem mais que mil palavras. Se todas as famílias que têm filhos ou parentes LGBT fizessem o mesmo, recebendo-os em casa com seus companheiros, muitos problemas e dramas humanos seriam resolvidos.

Reflexões finais

A realidade dos LGBT é complexa e delicada, traz apelos urgentes e constitui um desafio à evangelização. A leitura crítica da Sagrada Escritura, a devida atenção aos resultados das ciências, os diversos matizes da moral e a fidelidade à própria consciência são elementos que tornam o ensinamento da Igreja um conteúdo rico e dinâmico na vida dos fiéis. Estes elementos podem ajudar muito a ação evangelizadora junto àquela população. Não se deve buscar no ensinamento da Igreja, e nem mesmo na Bíblia, um manual de instruções de um eletrodoméstico ou um código moral completo, universal e imutável. Muitas vezes se fazem citações descontextualizadas da Bíblia e simplificações indevidas da doutrina, com extrema rigidez e um terrível ímpeto condenatório dirigido aos LGBT. A pregação, em vez de curar feridas e aquecer o coração, traz mais devastação, e a Palavra do Deus da vida se torna palavra de morte. Não se deve jamais tratar estes indivíduos como endemoninhados a serem exorcizados, ou submetê-los à oração de “cura e libertação” para mudarem a sua condição ou identidade.

Não faltam divergências e conflitos a respeito da diversidade sexual. Mas também não é necessário esperar a sua resolução. Há posições e práticas já legitimadas que podem ser adotadas e difundidas. A descriminalização da homossexualidade e da transexualidade em todo o mundo deve ser defendida com vigor, bem como o enfrentamento da violência

física, verbal e simbólica feita aos LGBT. O exemplo do papa Francisco, recebendo-os em sua casa com seus companheiros, deve ser seguido. É através deste acolhimento que o verdadeiro encontro se torna possível, que as pessoas podem conhecer umas às outras e interagir positivamente, sem escamotear realidades vitais e sem deixar que o medo e o preconceito criem fantasmas.

Acolher, orientar e incluir, como diz a CNBB sobre as novas configurações familiares, é uma ponte que conduz às periferias existenciais. Não faltam à Igreja recursos teóricos e testemunhos marcantes para pregar a Palavra de Deus de maneira adaptada à realidade dos povos, a fim de que a vida em Cristo seja comunicada, as feridas curadas e os corações aquecidos.

Certa vez uma senhora devota me procurou desconsolada por descobrir que seu filho era gay. Tivemos uma boa conversa, e eu lhe recomendei o filme *Orações para Bobby*.³⁴ Tempos depois ela me disse exultante: “Jesus tirou o preconceito do meu coração!”. De fato, Jesus age na vida das pessoas e liberta do preconceito. O seu Espírito impele a Igreja a transpor as estruturas caducas, externas e internas, incapazes de acolhimento. Ela deve acolher com amor os LGBT para manifestar ao mundo o rosto do Senhor, e alegrar-se com suas bênçãos. Se muitos deles sentem que precisam da Igreja, cabe reconhecer que ela também precisa deles.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em grupo

1. Conheço pessoas LGBT, suas capacidades, dificuldades e esperanças? De que maneira me relaciono com elas?
2. É possível reuni-las em grupo para oração, reflexão, partilha e apoio mútuo?
3. Conheço famílias em conflito por terem filhos LGBT? Como auxiliá-las?

** O autor é padre jesuíta e professor do Departamento de Teologia da PUC-Rio. Trabalha com pesquisa sobre diversidade sexual e no acompanhamento espiritual de pessoas LGBT. E-mail: lclima@puc-rio.br*

[1] *Encontro do santo padre com os jornalistas durante o voo de regresso*. 28/7/2013. <w2.vatican.va>.

[2] **SÍNODO DOS BISPOS**. *Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização*: documento de preparação. 2013. <www.vatican.va>.

[3] *Homilia*, 19/5/2013. <w2.vatican.va>.

[4] *Carta apostólica do papa Francisco às pessoas consagradas*. 2014, nº4. <w2.vatican.va>.

[5] Travestis são pessoas que vivenciam papéis femininos, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres. Transexuais são pessoas que não se identificam com o sexo que lhes é atribuído ao nascerem, e sim com o outro sexo. Pode haver homem transexual, que reivindica o reconhecimento social e legal como homem, e mulher transexual, que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher.

- [6] Postagem, 9/6/2015. <www.facebook.com/AmigoseTribos>.
- [7] *Gaudium et spes*, 44.
- [8] *Dei verbum*, 12.
- [9] *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707). Brasília: Senado Federal, 2007, p.331-332.
- [10] *Gaudium et spes*, 16.
- [11] “Entrevista de Bento XVI em previsão de sua viagem à Baviera (I)”. 16/8/2006. <www.zenit.org>.
- [12] LIMA, L. C. “O cristão adulto e a sexualidade”. 2013, p. 61-62. <www.diversidadessexual.com.br>.
- [13] *Entrevista ao papa Francisco*: Pe. Antonio Spadaro. 19/8/2013. <w2.vatican.va>.
- [14] *Evangelii gaudium* (EG) 1, 39 e 38.
- [15] *Entrevista...*, 19/8/2013.
- [16] *Unitatis redintegratio*, 11.
- [17] EG 36-37 e 43.
- [18] *Encontro do santo padre com os jornalistas...*, 28 jul. 2013.
- [19] BENTO XVI. *Verbum domini*, 7-9.
- [20] COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *Em busca de uma ética universal: novo olhar sobre a lei natural*. 2009, nº10. <www.vatican.va>.
- [21] *Catecismo da Igreja Católica*, 2337.
- [22] *Ibidem*, 2343.
- [23] CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Homosexualitatis problema*. 1986, nº16. <www.vatican.va>.
- [24] *Ibidem*, 2, 10, 3 e 11.
- [25] CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *Orientações para a utilização das competências psicológicas na admissão e na formação dos candidatos ao sacerdócio*. 2007, nº10. <www.vatican.va>.
- [26] EG 66, nota 60.
- [27] *Elargir le mariage aux personnes de même sexe? Ouvrons le débat!* 2012. <www.eglise.catholique.fr>.
- [28] *Código de direito canônico*. 1983, Cân. 1095, nº3. <www.vatican.va>.

- [29] CNBB. *Comunidade de comunidades*: uma nova paróquia. 2014, nº217-218.
- [30] *Ministry to persons with a homosexual inclination*. 2006. <www.usccb.org>.
- [31] *Always our children*. <www.usccb.org>.
- [32] HERNÁNDEZ, A. B. “El bendito encuentro entre Francisco y Diego”. 26/1/2015. <www.hoy.es>.
- [33] “Em Francisco, não há espaço para a homofobia”. Entrevista com Yayo Grassi, o ex-aluno gay do papa. 6/10/2015. <www.ihu.unisinos.br>.
- [34] Disponível em: <www.youtube.com>.